



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**TERCEIRA CÂMARA**

**Processo n°** 10650.720007/2007-25  
**Recurso n°** 140.965 Voluntário  
**Matéria** IMPOSTO TERRITORIAL RURAL  
**Acórdão n°** 303-35.502  
**Sessão de** 8 de julho de 2008  
**Recorrente** COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG  
**Recorrida** DRJ-BRASÍLIA/DF

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

Exercício: 2003

ITR. ÁREA RURAL UTILIZADA COMO RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA. NÃO INCIDÊNCIA DO ITR SOBRE A ÁREA TRIBUTADA. A afetação do imóvel rural ao serviço público específico de produção e geração de energia elétrica o faz inalienável, indisponível e imprescritível.

Tratando-se de bem de domínio público, da União, não está o imóvel tributado abrangido no critério material de hipótese de incidência do ITR.

VALOR DA TERRA NUA - VTN.

Ademais, *in casu*, seria inviável estabelecer a base de cálculo do tributo, ante a impossibilidade jurídica de comercialização de tais áreas, não apresentando, por essa razão, valor de mercado aferível.

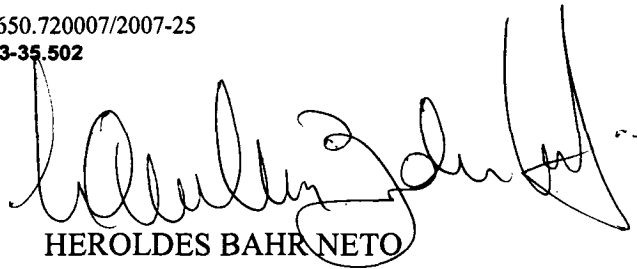
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da terceira câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

  
ANELISE DAUDT PRIETO

Presidente



HEROLDES BAHR NETO

Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nanci Gama, Nilton Luiz Bartoli, Luis Marcelo Guerra de Castro, Vanessa Albuquerque Valente, Celso Lopes Pereira Neto e Tarásio Campelo Borges. Fez sustentação oral a Advogada Maria Leonor Leite Vieira, OAB/SP 53655.

## Relatório

Trata o presente feito de auto de infração (fls. 01/04), consubstanciado na exigência de recolhimento do ITR/2003, no montante de R\$ 66.429.996,33, acrescido de multa de ofício proporcional em 75,0% e juros de mora calculados até 31/05/2007, referente ao imóvel denominado “Usina Nova Ponte” (NIRF 6.568.022-7), com área total de 45.046,9 ha, localizado no município de Nova Ponte-MG.

A Contribuinte foi intimada da ação fiscal em 03/04/2007 (AR fls. 07), para apresentar laudo técnico de avaliação do imóvel com ART/CREA, nos termos da NBR 14.653 da ABNT.

Em atenção à solicitação do Ministério da Fazenda, apresentou a Interessada os documentos de fls. 08/10.

Na seqüência, passou a autoridade autuante à análise dos documentos apresentados, na ocasião, a fiscalização concluiu por glosar o VTN declarado de R\$ 436.865,37, arbitrando-o em R\$ 144.150.080,00, com base no SIPT, tendo sido apurado imposto suplementar de R\$ 28.742.642,93.

Regularmente intimada do lançamento fiscal em 13/06/2007 (AR fls. 12), a Interessada apresentou impugnação tempestiva (fls. 14/40), suscitando, em sua defesa, os seguintes pontos, os quais transcrevo, em síntese:

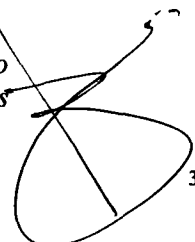
*Inicialmente, discorre sobre o objeto social da empresa e o procedimento da autoridade autuante, do qual discorda e que deveria ser revisto de ofício;*

*Consta do auto de infração o astronômico débito de R\$ 67.786.971,49, referente ao período de 2004, mais juros e multa, pois a autoridade fiscal arbitrou o VTN, com base no SIPT da RFB, sobre a área total do imóvel Usina Nova Ponte, classificado como rural, por falta de comprovação do VTN declarado, por meio de laudo técnico avaliatório;*

*As empresas constituídas sob a forma de sociedade de economia mista, como a impugnante, pode, ser divididas em duas espécies: as que exploram atividade econômica e as que prestam serviço público; nesse último caso, as suas atividades recebem forte influência das regras de direito público;*

*A produção, a transmissão e a distribuição de energia elétrica são serviços essencialmente públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Poder Público, por órgãos da administração indireta ou por particulares, nos moldes do que dispõe a Constituição Federal, em seu art. 21, inciso XII, alínea “b”;*

*Por força do texto constitucional, tais serviços são qualificados como públicos, Privativos da União; portanto, a sua exploração por entes*



3

*privados, ou até por outros entes públicos, somente é possível por autorização, concessão ou permissão; de tão restrita a competência para o exercício dessa atividade, cita o disposto no § 1º, do art. 20 da Constituição;*

*As empresas prestadoras de serviço tão qualificado não podem receber o mesmo tratamento jurídico dispensado às sociedades anônimas em geral, pois sobre aquelas incide particular controle estatal, justificado pelo interesse do Estado em sua atividade, que provoca a imposição de deveres legais específicos;*

*Apesar de sujeitas ao pagamento de tributos, nos termos do § 3º do art. 150 da Constituição, essas empresas podem gozar de benefícios fiscais outorgados pelo Poder Público;*

*Ainda que a isenção que vigora para o setor não tenha sido convalidada pela Constituição vigente, ficando expressamente rejeitada por força do § 1º do art. 41 do ADCT, cabe questionar se as empresas geradoras de energia elétrica estão sujeitas à incidência do ITR;*

*analisa, nesse sentido, aspectos jurídicos e doutrinários da hipótese de incidência tributária, a partir do exame da regra-matriz dos tributos, previsto no inciso VI do art. 153 da CF/88, e a aplicação de seu esquema lógico ao ITR;*

*Os imóveis da empresa impugnante estão, em grande parte, cobertos de água, prestando-se apenas para reservar água, potencialmente a força hidráulica para a geração de energia. As margens dos reservatórios também não se prestam a qualquer outro objetivo, funcionando apenas como faixas de segurança para as variações sazonais do nível d'água;*

*Para fins de aplicação do disposto no art. 20 da CF, os reservatórios de água encaixam-se em qualquer um dos conceitos nele previstos. Seriam "lagos", na sua definição mais simples, se entendidos como uma grande extensão de água cercada de terra, inserindo-se nessa classe os lagos de barragem, formados em áreas represadas por aluviões pluviais, restingas, detritos de origem vulcânica e morainas; esses reservatórios poderão, também, integrar o conceito de "trio", se considerados como resultantes do represamento de curso de água pluvial;*

*Enfatiza que esse mesmo art. 20, em seu inciso VIII, inclui também no patrimônio da União, os potenciais de energia elétrica hidráulica, de tal modo que, escapando os reservatórios dos subdomínios dos "trios" ou dos "lagos", ficaria muito difícil deixar de reconhecê-los no âmbito dos potenciais de energia;*

*Esse entendimento está em consonância com a Lei 9433/1997, ao instituir a Política Nacional de Recursos Hidráulicos, com fundamento de validade no inciso XIX do art. 21 da CF, estabelecendo no art. 1º, inciso I, que "a água é um bem de domínio público";*

*A conclusão é simples: argumentar que os reservatórios são lagos situados em "propriedade" privada e por ela cercados, é desconsiderar*



*comandos legais de relevante interesse para a própria preservação do bem público e de sua fonte produtora;*

*Portanto, as áreas destinadas aos reservatórios de água não podem sofrer a incidência do ITR, por serem unidades integrantes do patrimônio público da União, assim como as áreas destinadas às suas margens também estão livres do impacto do tributo, na condição de áreas de preservação permanente, que devem ser excluídas da base de cálculo do imposto, nos termos do art. 10, § 1º, inciso II, alínea “a” da Lei 9393/1996, além do Código Florestal;*

*A União detém o verdadeiro domínio útil das áreas necessárias à geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, nos termos legais e constitucionais; portanto, fica afastada, também, por esse prisma, a possibilidade jurídica de onerar essas áreas pelo ITR, pois é sujeito passivo da obrigação quem tiver seu domínio útil sobre o imóvel;*

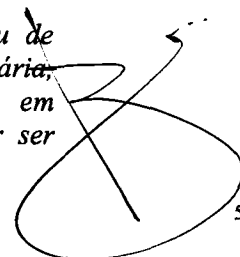
*A apuração da base de cálculo do imposto – valor fundiário, nos termos do art. 30 do CTN e Valor da Terra Nua tributável – VTNT, nos termos da legislação específica – oferece algumas dificuldades, como exclusão de valores (art. 10, § 1º, I e IV), subtração de áreas (art. 10, § 1º, II) e multiplicação (art. 10, § 1º, III); no entanto, a regra-matriz, como metodologia, é instrumento redutor de complexidades;*

*No caso presente nenhuma dessas operações se torna possível ao aplicador da lei, porque não há valor de mercado para a apuração do VTN, por onde começam os cálculos, pois se trata de um bem de domínio público, afetado ao patrimônio da pessoa política União, fora do comércio, impedindo qualquer pretensão impositiva sobre as áreas desapropriadas para a construção das obras necessárias ao represamento dos rios e lagos, para a manutenção dos reservatórios destinados à produção de energia elétrica;*

*Destaca que a autoridade fiscal não poderia adotar área “produtiva de energia elétrica” como não produtiva e apontar GU 0 quando a utilização é integral, presumiu que o valor fundiário está subavaliado, arbitrando um VTN de R\$ 157.664.450,00 e aplicando alíquota máxima (20%), equiparando o imóvel aos latifúndios improdutivos; não é crível que a terra submersa por represa para a geração de energia elétrica possa ter o mesmo valor da terra destinada ao cultivo de primeira, visto que aquela está, no mínimo, fora do âmbito de incidência do ITR;*

*É flagrante a ofensa aos princípios da legalidade e da igualdade que norteiam rigidamente a atividade impositiva do Estado, no que concerne à cobrança do imposto; para a Usina Hidrelétrica em questão, tomou-se o valor da terra apontado no SIPT, considerando-o para as terras submersas e aplicando-se nele o GU, sem qualquer exclusão;*

*A legislação que cuida do ITR sempre leva em conta o grau de utilização (GU) na exploração rural, seja agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, nos termos da Lei 9.393/96, em consonância com o Estatuto da Terra, o que permite concluir ser*



*relevante para fins do ITR não a produtividade em geral, mas na exploração daquele setor, enquanto as atividades desenvolvidas pelas usinas hidrelétricas estão fora de tal campo de abrangência;*

*Em momento algum a lei do ITR se refere à exploração energética, talvez impulsionada pelo Decreto-Lei nº. 2.281/1940, que concedia isenção a tal atividade e perdeu sua eficácia em outubro de 1990, com o advento do novo texto constitucional, deixando ao aplicador da lei e aos operadores do direito a interpretação sistemática, que não permite incluir na hipótese de incidência do ITR aquela que não estiver ali explícita, por força do princípio da tipicidade da tributação;*

*Não pode prevalecer a exigência de pagamento do ITR, com amparo no Parecer COSIT 15/2000, visto que esse dispositivo não alarga a hipótese de incidência estatuída em lei;*

Ao final, requer a improcedência do auto de infração, com o conseqüente arquivamento do feito fiscal, ou então, que seja determinada diligência nos termos legais para apuração dos quesitos relacionados.

Na decisão de primeira instância, a DRJ de Recife - PE, por unanimidade de votos, julgou procedente o lançamento do tributo, mantendo o crédito tributário exigido. Cite-se os fundamentos do voto condutor do acórdão recorrido, consubstanciados na ementa abaixo transcrita:

*Assunto: Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR*

*Exercício: 2003*

**DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO – ÁREAS SUBMERSAS/RESERVATÓRIOS.**

*As áreas rurais de empresa concessionária de serviços públicos de eletricidade, destinadas a reservatórios de usina hidrelétrica, integram o patrimônio dessa empresa e submetem-se às regras tributárias aplicadas aos demais imóveis rurais. Reservatórios de água de barragem não se confundem com potenciais de energia hidráulica, bens da União previstos na Constituição Federal.*

**VALOR DA TERRA NUA. SISTEMA DE PREÇOS DE TERRAS.**

*Caracterizada a subavaliação do valor da terra nua informado na DITR/2003, ou na prestação de informações inexatas, o VTN/ha poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal, com base no SIPT, nos termos da Lei 9.393/96. Esse VTN poderá ser revisado com laudo técnico de avaliação emitido por profissional habilitado ou empresa de reconhecida capacitação técnica, com ART/CREA, atendidos os requisitos da norma NBR 14.653-3 da ABNT.*

**DA MULTA PROPORCIONAL LANÇADA.**

*Apurado imposto suplementar em procedimento fiscal, no caso de informação incorreta na declaração do ITR/2003, cabe exigí-lo juntamente com a multa proporcional aplicada aos demais tributos.*

*Lançamento Procedente<sup>1</sup>*

Inconformada com a decisão do Acórdão originário da DRJ de Brasília (DF), interpôs a Interessada o presente recurso voluntário (fls. 64/93). Na oportunidade, reiterou as alegações coligidas em sua defesa inaugural, concluindo que a exigência contida no Auto de Infração não pode prosperar, com base nos argumentos a seguir transcritos:

*A fiscalização federal presumiu a ocorrência do fato jurídico tributário e, sem mensurar a verdadeira base de cálculo, sem efetuar cálculos ditados pela Lei 9.393/96 – apontada como fundamento da capitulação da infração – sem efetuar qualquer exclusão de valores, qualquer subtração de áreas e sem a multiplicação necessárias à apuração do imposto – apurou por arbitramento o valor da terra nua do imóvel onde está construída a Usina Hidrelétrica, como comparável com imóvel com aptidão agrícola definida como rural;*

*A fiscalização aplicou multa de 75% sobre base de cálculo incompatível – inexistente, aliás – como demonstrado na alínea anterior, além de ser ofensiva aos parâmetros aceitos pela legislação e jurisprudência;*

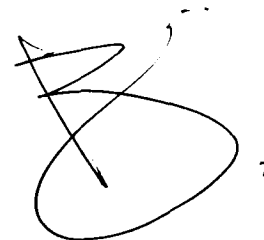
*A fiscalização desconsiderou áreas de exclusão indiscutível: margens, áreas de preservação permanente pela só determinação legal ( Lei 4771/65, com redação dada pela Lei 7.803/89, bem como resolução 302, de 20/03/2002, expedida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;*

*A fiscalização aplicou a taxa SELIC, em total afronta aos comandos legais, como vem entendendo a jurisprudência emanada do STJ;*

*As porções de terra cobertas de águas de reservatórios das usinas hidrelétricas – ou que lhe servem de margem legal, de preservação permanente ou de segurança – são bens de domínio público da União e nunca poderiam ser colhidas no critério material da hipótese de incidência de qualquer tributo, quanto mais ainda de imposto de competência privativa e exclusiva daquela mesma pessoa política de direito público interno. As áreas, por ilação lógica, estão fora do campo de abrangência do imposto, isto é, não são passíveis de sua incidência;*

*A base de cálculo, grandeza fundamental para a consistência lógica da regra-matriz, simplesmente inexistente, bastando examinar, a título de demonstração, como ficariam se porventura houvesse, as funções mensuradora, objetiva e comparativa dessa entidade. Ademais, a legislação não cuidou para que as hidrelétricas – se exercem atividade “não rural”, como consta no Formulário para Declaração – pudessem excluir do valor do imóvel qualquer quantia relativas às instalações, benfeitorias e construções, como qualquer outro contribuinte do imposto, nem mesmo qual o valor que pode ser considerado para a avaliação de terreno alegado que, por certo, não serve às atividades ali nomeadas;*

<sup>1</sup> Acórdão DRJ/BSA 03-22.766, de 10 de outubro de 2007 (fls. 50/61).



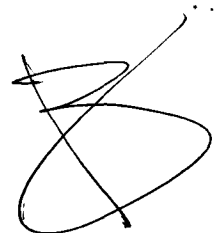
*Ainda quando a autoridade administrativa, sob o argumento de que a Recorrente não apresentou qualquer documento comprovando os valores das áreas, adotou, para o Município onde está situada, para o imóvel com aptidão agrícola definida como de uso misto inaproveitável, campo ou outros e calculou e arbitrou o Valor da Terra Nua do referido imóvel para cada ano. Esse valor somado ao indicado pela declarante a título de benfeitorias correspondem ao valor venal do imóvel nos respectivos exercícios...”Logo, o que se vislumbra, contrariamente ao que assevera a autoridade “a quo” é a flagrante arbitrariedade e ilegalidade com que agiu o Fisco, tanto ao admitir como VTN e somando-o ao declarado pela recorrente com benfeitorias, como se encontrasse amparo na Lei 9.393/96. E como não o encontrou na lei, como determina a ordem jurídica, baseou-se em “parecer” emitido pela Sècretaria da Receita Federal.*

Por fim, pugna pelo reconhecimento da total improcedência da ação fiscal e requer o arquivamento do feito, uma vez que a exigência tributária imposta não encontra guarida no ordenamento jurídico vigente.

Instrui o recurso voluntário com os documentos de fls. 84/107.

Em 23/04/2008 foi o processo distribuído a este Conselheiro.

É o relatório.



## Voto

Conselheiro HEROLDES BAHR NETO, Relator

Satisfeitos estão os requisitos viabilizadores de admissibilidade deste recurso, razão pela qual deve ser ele conhecido por tempestivo.

No presente caso, verifica-se que o fato controverso da questão cinge-se em estabelecer se as áreas rurais ocupadas pela Interessada, na qualidade de concessionária de serviço público, são ou não passíveis de tributação pelo ITR.

Inferre-se dos autos, conforme declarações prestadas pela empresa autuada, bem como do conjunto probatório carreado aos autos, que não subsiste amparo legal ao lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) relativo ao imóvel em cotejo, objeto de autuação fiscal, mormente porque a empresa autuada encontra-se devidamente regulada, consoante Estatuto Social em anexo (fls. 97/105), como empresa concessionária de serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, cujo contrato foi celebrado entre a Companhia Energética de Minas Gerais e o Poder Público estatal, onde foi outorgado, por tempo indeterminado, o direito para geração e transmissão de energia elétrica a partir do potencial de energia hidráulica, observadas as disposições da ANEEL.

Com efeito, consoante se depreende do Estatuto Social colacionado aos autos, a aquisição do imóvel rural objeto do lançamento se deu mediante condições fixadas pelo Poder Público que, inclusive, o tornam inalienável e indisponível pela ora Recorrente, porquanto, sendo aludido bem, efetivamente, de domínio público da União, bem como precária sua posse pela Interessada, estando a mesma subordinada à vigência do contrato de concessão de uso de bem público, durante o período pré-fixado, que, *in casu*, é indeterminado.

A propósito, mister se faz, para elucidação da matéria, a transcrição do conceito de concessão, com base na lição de Celso Antônio Bandeira de Melo:

*“Cumpre, outrossim, não confundir concessão de serviço público e concessão de uso de bem público, com o fito de explorá-lo.*

*Só se tem concessão de serviço público – e o próprio nome do instituto já o diz – quando o objetivo do ato for o de ensejar uma exploração de atividade a ser prestada universalmente ao público em geral. Pode ocorrer que, par tanto, o concessionário ancilarmente necessite usar de um bem público (como, por exemplo, quando instala canalizações ou postes no subsolo e nas vias públicas, respectivamente), mas o objeto da concessão é o serviço a ser prestado.*

*Diversamente, a concessão de uso pressupõe um bem público cuja utilização ou exploração não se preordena a satisfazer necessidades ou conveniências do público em geral, mas as do próprio interessado ou de alguns singulares indivíduos. O objeto da relação não é, pois, a prestação do serviço à universalidade do público, mas, pelo contrário,*

*ensejar um uso do próprio bem ou da exploração que este comporte (como sucede com os potenciais de energia hidroelétrica) para que o próprio concessionário se sacie com o produto extraído em seu proveito ou para que o comercialize limitadamente com alguns interessados. A Lei 9.074, de 7.7.95, no art. 5º, II e III, expressamente contempla ditas hipóteses, tanto sob a forma de concessão de uso de potenciais hidráulicos para produção de energia elétrica para consumo próprio como para o que denominou produção “independente”, sem, todavia, nesta última hipótese, explicitar que, in casu, trata-se, também, de uma concessão de uso.”*

*Outrossim, o Código Tributário Nacional, em seu art. 31, identifica o sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), como:*

*Art. 31 – Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.*

*Destaque-se que, a definição do fato gerador do tributo, extraída do artigos 29 do Código Tributário Nacional, dispõe que, tem “como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, definido na lei civil, fora da zona urbana do Município”.*

Feitas essas considerações, não se pode olvidar em reconhecer que a ora recorrente é ocupante de bem público, na qualidade de concessionária de serviço público de produção de energia elétrica, cuja área tributada em comento é utilizada como reservatório de água voltado à finalidade assumida, e como tal, detentora de posse precária, consoante outrora consignado, sendo insuscetível de substituir o titular do domínio do imóvel rural na qualidade de contribuinte do tributo.

Igualmente não pode figurar a ora recorrente no pólo passivo da relação tributária na qualidade de responsável, porque inexistente o requisito determinante para tal prática, previsto no inciso II do artigo 121 do Código Tributário Nacional. Destaque-se que, a esse respeito, nosso ordenamento jurídico é carente de disposição expressa de lei.

Oportuno esclarecer, contudo, independente de se constatar serem ou não áreas de preservação permanente, o auto de infração incorre em equívocos importantes e evidentes acerca da base de cálculo e da alíquota aplicáveis, notadamente quanto à fixação de VTN e da indicação do grau de utilização da propriedade.

Neste contexto, cite-se o Acórdão nº. 303-32027, de lavra do Conselheiro Nilton Luiz Bártoli, Sessão de 19/05/2005, cujo posicionamento corroboro e adoto para enriquecimento do presente julgado. Veja-se:

*Por considerar relevante a correlação existente entre os termos “lago”, “reservatório artificial” e “área de preservação permanente de reservatório artificial”, pretendo uma abordagem conceitual, desejando, com o seu propósito, simplificar o debate que a solução requer.*

*Nessa abordagem, colacionamos expressões que retratam em síntese o significado da água como um bem de domínio público, inalienável e imprescritível, albergando nesse contexto as águas dos lagos-reservatórios artificiais, quais sejam: “a água é um bem de domínio*

público; é um recurso natural limitado; dotado de valor econômico (*art. 1º, Lei nº 9.433/97*); compete à UNIÃO instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso (*art. 21-XIX, CF*); são bens da União os lagos (*art. 20-III, CF*); as águas públicas podem ser de uso comum ou dominical (*Dec. 24643/34, art. 1º*); são públicas de uso comum, em toda a sua extensão, as águas dos lagos, rios,... (*Dec.-Lei nº 852, art. 3º*); os rios são bens públicos de uso comum do povo. São inalienáveis (*Lei nº 10.406, arts. 99 e 100*); as quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são bens imóveis e tidas como coisas distintas e não integrantes das terras em que se encontrem. (*Dec. nº 24.643/34*).

*Claro está que pertencem à União as águas dos lagos, bem como dos cursos d'água em toda a sua extensão, que, no todo ou em parte, sirvam de limites a estados brasileiros (art. 2º - III, Dec. 24.643/34).*

*Com efeito, o lago é a extensão de água cercada de terras, originária de mais de um fator, é o formador, por natureza, do reservatório artificial, assim entendido como acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus múltiplos usos.*

*O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão instituído pelo IBAMA, em razão da necessidade de disciplinamento da matéria, editou a Resolução CONAMA nº 302/02, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso de seu entorno.*

*Da mencionada Resolução, podemos extrair que Área de preservação permanente é a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas (art. 2º-II da Res. nº 302/02), com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de trinta metros para os reservatórios situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para áreas rurais (art. 3º-I, Resol. nº 302/02), podendo tais limites serem alterados nos termos dos §§ 2º e 3º da referida resolução.*

*Em razão de serem inalienáveis, os bens públicos de uso comum não são valorados através de preço de mercado. Nesse sentido, o Dec.-Lei nº 3.128/41, regulador da matéria, tratou sobre o tombamento dos bens das empresas de eletricidade, da sistemática da atribuição e da contabilização de preços dos seus bens, notadamente, nos termos do art. 6º, cujo o valor do custo histórico, será determinado por perícia.*

*Por sua vez, o Código de Águas (Dec. nº 24.643/34) instruiu que as quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são bens imóveis e tidas como coisas distintas e não integrantes das terras em que se encontrem. Tratou, ainda, da outorga, permissões, autorizações e das concessões, sendo estas últimas de iniciativa do Presidente da República (art. 150).*

*É importante observar que no art. 161 do referido mandamus está gravado que as concessões, dadas de acordo com a lei, ficam isentas de impostos federais e de quaisquer impostos estaduais ou municipais, salvo os de consumo, renda e venda mercantis.*

*Sobre o tipo de outorga outrora concedida à recorrente, o Dec. nº 41.019/57, que regulamenta os serviços de energia, inclusive, as concessões e autorizações, assim dispôs:*

*“Art. 65 – depende de concessão federal a exploração dos serviços:*

*a) de produção de energia elétrica pelo aproveitamento de quedas d’água e outras fontes de energia hidráulica quando a potência aproveitada for superior a 150 Kw, seja qual for a destinação da energia;*

*b) de produção de energia elétrica que se destine a serviços de utilidade pública Federais, Estaduais ou Municipais, ou ao comércio de energia, seja qual for a potência;*

*c) de transmissão e distribuição de energia elétrica, desde que tenham por objetivo o comércio de energia.”*

*(...)*

*Destarte, foi editado o Decreto s/nº, de 15/02/1991, DOU de 18/02/91, que contrapondo-se ao alegado pela autuante, no que concerne à perda da isenção, ratificou a manutenção da concessão para a exploração de serviços de energia elétrica, em seu art. 1º - III, adiante transcrito:*

*“Art. 1º - Ficam mantidas as concessões, permissões e autorizações vigentes, outorgadas para:*

*III – exploração de serviços de energia elétrica,...”*

*No mesmo sentido, foi editado o Dec. de 15/12/1992, que alterando a redação do inciso III do art. 1º do decreto de 120/02/91, re-ratificou a concessão dos serviços de energia elétrica.*

*(...)*

*É oportuno ressaltar que a isenção em tela não estava condicionada especificamente a autorização de funcionamento da empresa autuada, porém a todas as concessionárias que exploram os serviços públicos de produção, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.*

*Porquanto a norma instituidora da isenção sobre quaisquer impostos estaduais ou municipais e de impostos federais, salvo os de consumo, renda e venda mercantis, encontra-se no art. 161 do Código de Águas (Dec. nº 24.643/34), sob a condição do beneficiário ser concessionário.*

*Assim, garantida a concessão, pressuposto bastante para o usufruto da isenção, mantém-se o benefício, preserva-se a segurança jurídica.*

*Conclusão: O ITR não incide sobre as concessionárias de serviço de energia elétrica, por força do dispositivo legal constante nos arts. 161 do Dec. 24.643/34 c/c o art. 65 do Dec. nº 41.019/57 e art. 1º -III dos Dec. editados em 12/02/91 (DOU, 18/02/91) e 12/1592, respectivamente.*



Inadmissível, pois, diante dos elementos constantes dos autos, considerar como inaproveitáveis as áreas tributáveis, mormente porque voltadas à produção de energia elétrica, sendo utilizadas tais terras com finalidade de interesse público.

Feitas essas considerações, diante da caracterizada concessão de serviço público com a utilização do imóvel em apreço, há notória impossibilidade de apuração de base de cálculo para a incidência de ITR, no caso concreto, posto que não há como se conceber valor de mercado para essas terras.

Diante de todo o exposto, **voto pelo provimento do presente recurso**, considerando, *in casu*, não haver elementos que respaldem a incidência do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural na área tributada, por tratar-se de imóvel utilizado para concessão de serviço público de energia elétrica, reconhecendo-se, a nulidade do lançamento fiscal, nos moldes lançados.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 2008

  
HEROLDES BAHR NETO - Relator